



1518 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

Panorama das matrículas de Proeja na Rede Federal de Educação
Elisa Daminelli - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: IFRS

Resumo: Este trabalho apresenta um panorama da oferta de Proeja na Rede Federal de Educação. Para tanto, realizou um levantamento, a partir de dados do censo da Educação Básica de 2017, sobre as matrículas de Proeja na Rede Federal. E também consultou fontes documentais que tratam da oferta de Proeja nas instituições federais. Os resultados indicam que a oferta de matrículas na modalidade de Proeja está aquém dos objetivos propostos, e, em geral, não atendem o percentual mínimo de 10% das matrículas estabelecido pelo decreto 5840/06.

Panorama das matrículas de Proeja na Rede Federal de Educação

Resumo: Este trabalho apresenta um panorama da oferta de Proeja na Rede Federal de Educação. Para tanto, realizou um levantamento, a partir de dados do censo da Educação Básica de 2017, sobre as matrículas de Proeja na Rede Federal. E também consultou fontes documentais que tratam da oferta de Proeja nas instituições federais. Os resultados indicam que a oferta de matrículas na modalidade de Proeja está aquém dos objetivos propostos, e, em geral, não atendem o percentual mínimo de 10% das matrículas estabelecido pelo decreto 5840/06.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Proeja; Instituto Federal.

Introdução

Este ensaio traz um panorama das matrículas na modalidade de Proeja na rede Federal de Educação, considerando especialmente os Institutos Federais. Essas instituições, com estrutura multicampi, localizadas em todas as regiões do país, especialmente no interior, têm como finalidades e objetivos a oferta de educação profissional em nível médio, e também podem atuar na educação superior. A prioridade da oferta de vagas é para os cursos de ensino médio técnico, preferencialmente na modalidade integrada, que articula educação básica e educação profissional, o que inclui a oferta de cursos que se enquadram no Programa Nacional de Integração da Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Proeja tem como proposta ofertar formação para jovens e adultos, que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio no período regular, e que desejam fazê-lo e ao mesmo tempo obter uma formação técnica. A proposta do Proeja pretende que a formação ocorra de forma integrada, buscando a formação básica e a formação técnica, superando a dicotomia entre ensino básico e técnico. Portanto, pretende que a formação ofertada seja de qualidade e que possibilite conhecimentos técnicos e formação para o trabalho, e também conhecimentos que contribuam para a formação humana, crítica e do cidadão, com acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, com uma perspectiva de formação ampla para a vida e não somente para o trabalho.

O Proeja e os Institutos Federais

A necessidade da oferta de educação com qualificação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) foi evidenciada pelos dados do PNAD de 2003, que indicaram que 68 milhões de jovens e adultos trabalhadores com mais de 15 anos não haviam concluído sequer o ensino fundamental, e que apenas 6 milhões estavam matriculados em cursos na modalidade de EJA. Esses dados mostraram a urgência de ampliação da oferta de cursos especialmente no sistema público, com vistas a atender esta demanda e aumentar a escolarização desse grupo. Nesse contexto, o Proeja foi criado pelo Decreto nº 5840/06, visando oportunizar acesso à educação com qualificação profissional para esse público.

O Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014 também traz considerações sobre esse tema e estabelece entre suas metas a elevação da escolaridade da população brasileira entre 18 e 29 anos de idade, visando atingir pelo menos 12 anos de estudo até o final de vigência do plano, especialmente para as populações do campo, negra e mais pobres, conforme a meta número 8. Entre as estratégias para atingir a referida meta destacamos e expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica, que tem relação direta com a oferta de cursos nos Institutos Federais.

A meta 10 do PNE de 2014 também traz referência sobre a formação de jovens e adultos de forma integrada à educação profissional, estabelecendo a exigência de, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, nessa modalidade. O texto do PNE de 2014 apresenta 11 estratégias com a finalidade de alcançar a meta supracitada. E, de forma geral, as estratégias defendem a manutenção e expansão das matrículas do Proeja, priorizando a oferta de cursos com formação integrada à educação profissional.

Os dados do Censo da Educação Básica de 2013 indicaram o número 2.447.792 matrículas no Ensino Fundamental, e 194.421 matrículas no Ensino Médio, na modalidade de Educação de Jovens e adultos. Esses dados apontam uma redução de 4,4% e 1,6% nas matrículas dessa modalidade nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente, no período entre 2007 e 2013. Os dados do PNAD de 2015, 10 anos depois do primeiro decreto de criação do PROEJA, mostraram que mais da metade da população brasileira, com mais de 25 anos de idade (52%) estava concentrada nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente, e apenas 26,4% tinham o ensino médio completo, e 13,5% possuíam o superior completo.

Nesse contexto, os Institutos Federais tem papel relevante na oferta de cursos que possam atender essa demanda de forma gratuita e com qualidade. O Decreto nº 5840/06 estabelece que as instituições federais de educação profissional devem ofertar cursos e programas regulares de Proeja, e ainda que as vagas disponibilizadas ao Proeja devem corresponder ao mínimo de 10% do total de matrículas da instituição. Cabe

destacar que o decreto 5840/2006 é anterior a Lei 11.892/08 que criou os Institutos Federais, no entanto, o próprio decreto 5840/06 inclui em seu texto todas as instituições federais de educação profissional, inclusive as que forem criadas após sua publicação. Dessa forma, os Institutos Federais têm relação direta e responsabilidade com a oferta de cursos do Proeja.

Materiais e métodos

O estudo apresentado tem caráter exploratório, no qual proporciona que o pesquisador aprofunde seus conhecimentos sobre o tema em questão, possibilitando a revisão bibliográfica e identificação de possíveis questões de pesquisa, conforme afirma Gil (2010, p.27) "as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito e a construir hipóteses".

Além disso, adotou a pesquisa de levantamento como estratégia quantitativa, que de acordo com a concepção de Creswell (2010, p.36) permite uma descrição numérica dos dados possibilitando a observação de tendências, de atitudes, ou de opiniões de uma população ou amostra. Nesse sentido, buscou informações a partir dos dados do Censo da Educação Básica de 2017 sobre as matrículas de Proeja na Rede Federal. Os dados foram selecionados e organizados em tabelas para apresentação e discussão dos resultados. Para elaboração da reflexão acerca dos resultados encontrados no Censo da Educação Básica de 2017 considerou-se também a documentação e legislação pertinente ao tema.

Resultados

O levantamento nos dados do Censo da Educação Básica de 2017 indicou que o Proeja representa menos de 3% das matrículas ofertadas na Educação Básica na Rede Federal de Educação. A análise por regiões mostrou que o Centro-Oeste tem percentual mais elevado (6,4%), enquanto as demais regiões se mantêm com percentual próximo a 2% de suas matrículas na modalidade Proeja, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 1: Matrículas do Proeja na Rede Federal, por região.

Regiões	Matrículas na Rede Federal	Curso Técnico Integrado à EJA
Norte	36995 11%	757 2,0%
Nordeste	115157 33%	2281 2,0%
Sudeste	106611 30%	1933 1,8%
Sul	59688 17%	1312 2,2%
Centro-Oeste	31408 9%	1997 6,4%
Total Brasil	349859 100%	8280 2,4%

Esses resultados indicam que muitas instituições da Rede Federal não estão cumprindo o percentual mínimo de 10% das matrículas para Proeja, conforme estabelece o decreto 5840/06. Esse fato já havia sido constatado no trabalho de Vitorete (2014) a partir da observação do número de matrículas de Proeja ofertadas nos Institutos Federais no ano de 2012, no qual constatou que dos 38 Institutos Federais, 33 ofertavam matrículas do Proeja, e apenas 5 cumpriam a meta de 10% de suas matrículas nessa modalidade, incluindo Proeja técnico e Proeja-FIC para o ensino fundamental.

Entre os fatores que dificultam a implantação dos cursos de Proeja nessas instituições, os estudos de Silva (2011), Balestro Silva (2011), Castro (2011) entre outros, apontaram para a resistência dos docentes em atuar com o público da EJA e à falta de formação adequada dos professores, especialmente das áreas técnicas. Nesse aspecto, Moura (2014) aponta que os professores que são licenciados carecem de formação para dialogar com perspectiva do trabalho e da formação profissional, e por outro lado, os professores com formação em bacharelados carecem de formação pedagógica para o trabalho em sala de aula. Diante disso, Moura (2014) destaca a relevância de promover o debate nos Institutos Federais sobre a demanda por cursos de Proeja, e especialmente pela necessidade de promover o diálogo e a formação dos professores para atuar nessa modalidade.

Considerações finais

A ampliação da rede federal, especialmente com os Institutos Federais, possibilitou a inserção da educação profissional em novas regiões, atingindo localidades de interior, onde muitas vezes o acesso à educação, especialmente à educação profissional, era restrito. No entanto, os dados levantados apontam que a oferta de Proeja não tem se estabelecido como uma prática recorrente nessas instituições.

É preciso que essas instituições atentem para as necessidades educacionais da região na qual estão inseridas, e, a partir disso, busquem incluir em suas propostas a demanda por elevação de escolarização com qualificação técnica, na forma de cursos de Proeja, para um contingente expressivo da população brasileira, que geralmente permanece excluído do processo educacional.

REFERÊNCIAS

BALESTRO SILVA, Carla Odete. Admirando o professor de formação técnica: o fazer-se docente no encontro com o PROEJA. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BRASIL. *Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm> Acesso em 12.02.18

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm> Acesso em 12.02.18

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm> Acesso em 12.02.18

CASTRO, Mad'Ana Desiree Ribeiro de. O processo de implantação e implementação do PROEJA no IFG campus Goiânia: contradições, limites e perspectivas. 2011. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2011.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *PENAD 2015*. Síntese de Indicadores. Brasil: IBGE, 2015. Disponível

em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso em 12.fev.2018

MOURA, Dante Henrique. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES. Vitória, ES. a. 11, v. 19, n. 39, p. 30-49, jan./jun. 2014

SILVA, Maria Luzinete da. Currículo integrado e formação continuada de professores: entre desafios e sonhos no PROEJA IFPA. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 2011.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. A não consolidação do PROEJA como política pública de Estado. 2014. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2014.